



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

O Governo da RAEM tem vindo a promover o estabelecimento de um “governo transparente” e de uma cultura administrativa com honestidade e integridade, com vista a elevar o grau de transparência quanto ao funcionamento dos serviços públicos. No entanto, durante os últimos sete anos, as situações de usurpação de poder e de violação da lei não foram eliminadas, antes pelo contrário, foram descobertos diversos escândalos, um atrás do outro, o que não só provocou um grave impacto na imagem de combate à corrupção que o Governo da RAEM tem estabelecido arduamente, com todo o seu esforço, como também dúvidas nos cidadãos em relação às acções governativas limpas, segundo a lei, por parte do Governo.

Nos últimos anos, a Secretaria para a Administração e Justiça criou o regime de recrutamento centralizado, como um dos objectivos para colmatar o nepotismo surgido no processo de recrutamento na função pública. No entanto, recentemente, foi descoberto que o Instituto Cultural (IC) contratou pessoal em regime de “aquisição de serviços” em vez de “celebração de contrato laboral”, para fugir aos procedimentos legais, e na sociedade ouve-se sempre falar desta forma de recrutamento, o que significa que já está a ser aproveitada há anos. O número de trabalhadores recrutados desta forma é enorme, o que demonstra que o respectivo caso não é único, e esta forma de contratação já se tornou um regime próprio em certos serviços públicos. Houve ainda uma chefia que aproveitou o seu poder, arranjando emprego para os seus familiares



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

através desta forma, sem cumprir o seu dever de impedimento. Assim, para além de não poder escolher talentos para o Governo, tornou-se o IC uma incubadora de corrupção. Acredita-se que este problema não exista só no IC, porque, segundo algum pessoal da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ), esta forma de recrutamento de pessoal também foi aproveitada pela DSAJ.

Todas as acções realizadas pelos serviços públicos envolvem os interesses do público, portanto, o pessoal desses serviços, que são elementos do sistema da função pública, deve assegurar a sua integridade e conduta, e não aproveitar as vantagens das suas funções, fazendo algo que prejudique o interesse público, pelas razões de “haver muito trabalho mas pouco pessoal”, ou “os procedimentos legais de contratação serem lentos”. Actualmente, como os cargos da função pública são muito procurados pelos cidadãos de Macau, qualquer assunto de corrupção no processo de contratação dos serviços públicos pode levar a uma oposição por parte da sociedade. É evidente que, por causa deste caso, toda a população está desapontada com o regime de recrutamento centralizado e com o Governo da RAEM.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Com os casos de corrupção a acontecer um atrás do outro, no grupo dos funcionários públicos, o IC não aprendeu nada nem corrigiu os seus erros



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

por sua iniciativa, antes pelo contrário, só depois de o seu caso ter sido descoberto é que afirmou que ia fazer a respectiva correcção. Então, quais são as medidas concretas de correcção que o IC vai adoptar? Para além da correcção, vão ser apuradas as responsabilidades do pessoal do IC, devido a este caso?

2. Esta forma de recrutamento já está a ser aproveitada pelo IC há muito, e sempre se ouve falar dela na sociedade. No entanto, o Comissariado Contra a Corrupção só iniciou a respectiva investigação depois de esta forma estar a ser aproveitada há muitos anos. Então, deve aperfeiçoar os seus mecanismos de trabalho, com vista a reforçar a fiscalização ao Governo, permitindo aos cidadãos uma nova confiança em relação a este, especialmente no que respeita ao regime de recrutamento centralizado. Isto vai ser feito?
3. Em relação às irregularidades descobertas, uma atrás da outra, no processo de recrutamento realizado por vários serviços públicos, a Secretaria para a Administração e Justiça deve reforçar a revisão e a fiscalização aos serviços públicos, com vista a assegurar um alto grau de integridade e conduta pessoal. Isto vai ser feito?

28 de Março de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Veng Chai